

OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL EM 2016: REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO POLÍTICA.

Franciele Maria David davidfranciele30@gmail.com

Isaura Monica Zanardini isaura.zanardini@unioeste.br

Marina Garcia Lara marina.lara@unioeste.br

Resumo: O presente artigo aborda os movimentos estudantis no Brasil, particularmente durante os anos de 2015 e 2016, em resposta a medidas governamentais, como a reforma do Ensino Médio e o congelamento de gastos públicos. Contextualizado dentro do cenário de turbulência política e do *impeachment* ocorrido em 2016, o texto destaca a mobilização dos estudantes secundaristas que ocuparam escolas e espaços públicos em protesto contra as políticas neoliberais. O movimento conhecido como Primavera Estudantil rapidamente se espalhou por todo o país e proporcionou aos estudantes uma experiência direta e ampliada da democracia. O artigo também faz uma análise histórica, conectando os movimentos estudantis contemporâneos aos períodos ditatoriais no Brasil (1964-1985) e a movimentos estudantis em outros países da América Latina, examinando como as experiências passadas moldaram a resistência e a luta dos jovens. Por fim, conclui-se que compreender as experiências e o "fazer-se" dos jovens é crucial para analisar as lutas atuais dos movimentos da juventude. O texto sugere que as experiências passadas, combinadas com a análise crítica do presente, contribuem para entender a dinâmica dos movimentos estudantis e sua importância na formação política das gerações mais jovens.

Palavras-Chave: Movimentos estudantis; Juventudes;

No ano de 2016 no Brasil, como resultado da Medida Provisória 746/2016 anunciada em caráter de urgência para aprovação pelo Governo de Michel Temer, foi proposta a reforma do Ensino Médio, sancionada em fevereiro de 2017, através da Lei 13.415 de 2017. No mesmo período, também estava em curso a proposta de congelamento dos gastos públicos com saúde e educação, a partir da PEC/241, e o projeto Escola Sem Partido. Essas medidas e projetos de lei acontecem em meio ao golpe de estado, jurídico, político e mediático, que destituiu da Presidência da República neste mesmo ano, Dilma Rousseff, que havia sido eleita democraticamente.

O Brasil vivia um cenário de turbulência e, diante disso, estudantes secundaristas insurgiram-se, mobilizando-se contra essas medidas de caráter neoliberal de âmbito nacional, que destituíam o cidadão brasileiro da possibilidade de vivenciar os direitos promulgados da Constituição Cidadã de 1988, relegando as futuras gerações ao descaso. Estudantes organizaram-se, ocupando escolas públicas, Núcleos Regionais de Educação (NRE's) e espaços públicos. Este movimento considerado por muitos educadores (GROPPO, 2019; MARTINS, 2020) como a Primavera Estudantil iniciou-se no Paraná em 3 de outubro de 2016. Nesse contexto, compreende-se que a batalha dos jovens estudantes nos movimentos de ocupação, em prol da educação, representou a “luta pelos direitos de cidadania” (HARVEY, 2014, p. 239).

A primeira instituição a ser ocupada foi o Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, na periferia de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná. O movimento, em poucos dias se estendeu por todo o Estado, atingindo cerca de 850 escolas e 14 universidades. Expandiu-se pelo país, culminando com um total de 1022 escolas e 84 universidades. Dos 26 estados brasileiros, 22 tiveram escolas ocupadas, bem como o Distrito Federal. Movimentos semelhantes ocorreram em outros momentos, como a Revolta dos Pinguins, no Chile, em 2006 e em 2011, na Argentina, quando estudantes ocuparam prédios públicos frente às medidas educacionais tomadas pelo governo.

No Estado de São Paulo, na cidade de Diadema em 2015, o Governador Geraldo Alckmin anunciou o processo de reorganização escolar, com a proposta de fechamento de várias instituições de ensino (COSTA; GROppo, 2018; CATINI; MELLO, 2017, CORTI; CORRACHO; SILVA, 2017) Outros estados brasileiros seriam ocupados por estudantes secundaristas, sendo estes: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás e Ceará. As ocupações realizadas no Brasil, em 2015 e 2016, seriam caracterizadas como primeira e segunda onda. A primeira onda seria mais longa, iniciando em 2015 e terminando em meados 2016, com pautas mais direcionadas as políticas educacionais neoliberais do estado.

Em 2018, o Brasil experimentou a implementação de um governo neoliberal e ultraconservador com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência. Diante das políticas que impactaram a educação, os estudantes emergiram novamente, participando ativamente de manifestações em diversas regiões do país. Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar de que maneira esses movimentos contribuem para a formação

política dos jovens pertencentes às classes populares. Além disso, o trabalho descreve as formas organizativas que estão sendo desenvolvidas nesses movimentos, utilizando o conceito de experiência e o processo de "fazer-se" proposto por Thompson (1981), enquanto compreende as juventudes como uma categoria social. Os jovens que participaram das ocupações, tanto da primeira como da segunda onda, apresentaram formas organizativas, semelhantes a outros movimentos estudantis da América Latina, já pontuados anteriormente, a auto-organização, horizontalidade, autogestão, estão no bojo do processo organizativo. Pesquisas revelam que este caráter auto gestor possibilitaram os estudantes experienciar a democracia de forma direta e ampliada (SCHLESNER; FLACH. 2018, DAVID; MARTINS. 2019). O conceito de experiência cunhado por Thompson, pauta que homens e mulheres adultos ou jovens, nas suas relações sociais, passam por acontecimentos significativos que transformam suas experiências diárias, ampliando suas percepções e modificando o ser social.

Essas experiências diárias afetam homens e mulheres e modificam as estruturas do ser social, sendo que este, perpassa por outro importante conceito deste pesquisador o "fazer-se". Deste modo, o "fazer-se" é constante e ativo, um devir, as mudanças ocorrem no ser social que influenciarão o posicionamento de homens e mulheres frente aos acontecimentos cotidianos.

Além disso, a categoria histórica que Thompson discute, perpassa este trabalho, com o intuito de analisar como as experiências dos outros movimentos estudantis reverberam nos movimentos atuais.

Juventudes e os movimentos estudantis

É fundamental compreender que a identificação da juventude varia em cada sociedade, dependendo, sobretudo, das características específicas de cada contexto histórico vivenciado por essas sociedades. Para Esteves e Abramovay (2008), somente a partir do século XVIII, com o surgimento da Revolução Francesa, é que o entendimento contemporâneo sobre a juventude começou a se desenvolver. Neste contexto, as mudanças no âmbito econômico, político e cultural, provocaram alterações profundas na organização e nas estruturas sociais da época. Essas transformações foram marcadas pela ascensão da burguesia

e pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, representando uma ruptura significativa com as formas tradicionais previamente predominantes:

Na verdade, existem ciclos, fases em que a preocupação com a juventude é enfatizada. Por exemplo, a partir do final do século XVIII e em todo o século XIX, diversos ciclos de preocupação com a “delinquência” e/ou promiscuidade juvenil das classes trabalhadoras se deram, conforme a industrialização e a urbanização iam se aprofundando e se estendendo pelos países da Europa e, logo, para todo o mundo (GROPPO, 2004, p.10).

Neste sentido, as juventudes revelam-se de diferentes modos, em cada contexto histórico, social, de classe, gênero ou etnia. Constituem-se atravessados por estas determinações que modificam suas estruturas de ser social, que transformam seus modos de vida e agir no mundo:

O momento da juventude era completamente esvaziado de esperança e do sentido do futuro, pois eram vistos apenas como uma potencial ameaça. Dessa maneira, enquanto os jovens da burguesia eram liberados do trabalho e constantemente supervisionados pela família e pela escola, os filhos de operários, afastados da escola, eram precocemente inseridos no mundo do trabalho, quando não incorporavam a figura do delinquente (CASSAB, 2011, p. 153).

Os jovens que participaram ativamente das ocupações em 2015 e 2016 no Brasil, e em outros espaços de luta, como coletivos, bondes, agremiações, sendo estas institucionais ou não, possibilitaram experiências coletivas ou individuais que estiveram no bojo de outros momentos de inserção política do campo social. Anterior a 2015 e 2016, outros espaços constituem-se como espaços de disputa pelos jovens brasileiros, jovens que lutam pela terra, por pautas identitárias, suburbanos que se utilizam da arte, do Hip Hop para visibilizar suas denúncias (GOHN, 2014; SOUSA, 2002; MARTINS, 2009). Ainda, pode-se lembrar os períodos ditatoriais do país, Estado Novo com Getúlio Vargas (1930-1945) e o Regime Militar

(1964-1985). Nestes dois períodos, os governos tiveram amplos poderes, cercearam e cassaram poderes políticos, e os movimentos opositoristas foram amplamente perseguidos. Muitos jovens, estudantes tanto secundaristas, como universitários, jovens dos movimentos sociais, e movimentos de base da igreja católica foram perseguidos, presos, torturados e assassinados, permanecendo esses acontecimentos vivos nos constructos juvenis (POERNER, 2004; SEMERARO, 1994; SANFELICE, 2021).

Na América Latina, os jovens também sofreram perseguições por defender seus ideais, os anticolonialistas, a luta pela libertação nacional, contra os países imperialistas, governos autoritários, ditatoriais, antioligarquias, ainda:

o movimento pela reforma universitária na Argentina, em 1918, influenciou outros em toda América Latina, especialmente no Peru e em Cuba, onde se foi bem além das questões universitárias, chegando a influir diretamente nos rumos políticos dessas nações (GROPPO, 2005, p. 65).

No México, em 1968, os estudantes mexicanos encenaram uma das principais tragédias, talvez, a mais sanguinária e certamente a mais covarde. Em meio a revoltas, e uma olimpíada, o governo Mexicano, buscava travar uma trégua naa revoltas populares, com intuito de atrair confiança nas nações do mundo, a quem buscava estabelecer relações democráticas e comerciais,

Enfim, os jogos olímpicos, usados como uma das desculpas pela eliminação da rebeldia estudantil a golpes de baionetas e tiros de metralhadora, acabariam sendo lembrados muito pelo gesto dos atletas negros americanos, que, ao receber suas medalhas, ouviram o hino do seu país com o gesto desafiador das panteras negras (GROPPO, 2005, p. 69).

Em meio a manifestações estudantis e movimentos grevistas o governo agiu de forma violenta desmedida sobre estudantes e grevistas, utilizando-se de granadas, metralhadoras e

baionetas. Após a manifestação com mais 300 mil pessoas, conhecida como Marcha do Silêncio, em 13 de setembro, aconteceria a última assembleia, com mais de 10 mil pessoas. Neste momento, o exército matou centenas de pessoas, prendeu milhares, sendo que muitos desses nunca mais voltaram a suas casas. O cenário de guerra ocorrido em Tlatelolco ficaria marcado na memória da população mexicana, reverberando por gerações tanto no México como em outros países da América Latina:

Militares cercaram a Praça das Três Culturas em Tlatelolco e seus arredores, onde acontecia a última assembleia que reunia mais de 10 mil pessoas, entre eles, trabalhadores, estudantes, professores, crianças, idosos e demais membros da comunidade que apoiavam os estudantes. Mais de 300 carros, jipes e caminhões e cerca de 10 mil soldados cercaram a Praça onde estava acontecendo à assembleia. Helicópteros sobrevoavam e lançaram luzes de alerta, logo depois iniciaram os disparos contra a população. Era cinco e meia da tarde e o massacre só terminou depois da meia noite. Dados sobre o massacre nunca foram precisos, mas jornalistas europeus falaram em mais de 400 mortos e centenas de prisões (DAVID, 2019, p. 61).

Durante os anos posteriores na América Latina muitos estudantes sofreriam a repressão dos governos ditatoriais que se instalariam em países como: Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia, Equador, Peru, Uruguai e Chile:

Ainda na década de 1950, estudantes da Colômbia participaram da revolução popular que acabou com a ditadura de Rojas. Na mesma época na Venezuela, com a saída de Perez Jimenez, os estudantes formaram milícias para proteger a autonomia das universidades e a capital contra a reação de setores do Exército. Em 1966, centenas de paramilitares invadiram a Universidade da Venezuela, em Caracas: tanques, infantaria e polícia ocuparam por três meses a universidade. Enquanto isso no Equador, ações universitárias suscitaram uma greve geral contra a Junta militar que governava o país. Argentina e Colômbia (além do Brasil e México) também recorreram às forças policiais e tropas militares para reprimir protestos contra políticas educacionais e, a partir daí, contra o regime. Ainda nessa época, importantes revoltas se deram no Panamá, Nicarágua e Uruguai (GROPPO, 2005, p. 66).

A participação política dos jovens seria marcada pela repressão, prisão e tortura, porém revelaria a resistência e a luta de muitos jovens. No Brasil, organizações estudantis, movimentos de base, movimentos sindicais, movimentos de resistência de ação direta ou indireta, marcariam a história brasileira. No segundo período ditatorial, de 1964-1985, o autoritarismo, perseguições, cerceamento de direitos, cassações políticas, violações dos direitos humanos, tortura e assassinatos revelariam os *Anos de Chumbo*, intensificados entre 1968 e 1974, com a promulgação do Ato Institucional n.5 (AI-5), em dezembro de 1968, como forma de conter manifestações contrárias ao regime militar, que pululavam pelo país.

As manifestações de 1968 constituíram, quanto a amplitude da participação popular, o principal movimento social durante o regime militar, depois das campanhas pelas “Diretas Já” tiveram cerca de quatro meses, as ações de 1968 duraram pelo menos o dobro, entre o assassinato de Edson Luís, no final de março, e o congresso de Ibiúna, em outubro. Cerca de 26 passeatas, em 15 capitais, nos sete dias seguintes a 28 de março, dia da morte de Edson Luís, e o segundo a partir de meados de junho, em torno da passeata dos 110 mil (GROPPO, 2005, p. 87).

Manifestações por todo país intensificaram-se a partir de 1968, e também foram fortemente reprimidas pelo regime militar, a Batalha da Rua Maria Antônia, em São Paulo, onde alunos da Filosofia da USP e os alunos da Universidade Mackenzie, se confrontaram,

Uma entidade a esquerda política e, no Mackenzie, alunos conservadores com um núcleo radical de direita filiado ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC), a Frente Anticomunista (FAC) e o movimento Anticomunista (MAC). Como resultado do confronto, além de danos materiais, a morte de José Guimarães, estudante secundarista. E o país tomou conhecimento do caso Para-Sar, um plano dos oficiais da Aeronáutica para empregar a unidade de buscas e salvamentos da Força Aérea Brasileira (FAB) em missões de assassinatos dos principais líderes estudantis, dos políticos de oposição e dos cassados dos seus direitos considerados irrecuperáveis. Os

visados seriam sequestrados e lançados ao mar a 40 quilômetros da costa (SANFELICE, 2021, p. 127).

A luta e resistência de muitos jovens nos anos de chumbo da ditadura civil militar se fariam presentes na construção do real. A história dos movimentos da juventude no Brasil fortaleceria a elaboração de constructos sociais sobre a categoria juventude e estratégias de resistência. A década de 1960 prenunciaria ares de rebeldia, insurgência ou mesmo de quebra de paradigmas pelos jovens no Brasil e boa parte do mundo. O movimento dialético na construção da sociedade moderna, compreende a presença deste passado presente, configurado na materialidade concreta. Além disso, destacam-se os conceitos de “experiência” e “fazer-se”. Para Thompson (1981, p. 16) “a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu redor. [...]”, pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem pensamento.

Para ampliar esta compreensão, podemos observar a atuação dos jovens estudantes, logo como entendem, analisam, refletem e compreendem a sua materialidade concreta e, portanto, como agem ou deixam de agir sobre ela. Deste modo entendemos o fazer-se, como um processo ativo, em constante construção, “porque é um estudo sobre o processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos” (THOMPSON, 2011, p. 9). Deste modo, entende-se que as experiências de lutas dos estudantes desde a década de 1960 e anos anteriores, tanto no Brasil como em outros países da América Latina ou mesmo da Europa contribuem para à análise das lutas atuais dos movimentos da juventude. Neste sentido compreende-se a importância das insurgências juvenis nos países da América Latina, observando que estes jovens estão inseridos em países de capitalismo dependente, ficando a margem dos “grandes acontecimentos” dos países centrais, porém, são estes os jovens que sentem justamente, as sanções do sistema capitalista.

Os jovens estudantes universitários, na década de 1960 eram em sua grande maioria provenientes da classe média da sociedade. São jovens que inconformados com a realidade social do país e do mundo, rebelam-se assim, através das grandes manifestações – entre elas

ocupações –, organizações clandestinas ou mesmo a opção pela luta armada, sendo que nesta época muitos jovens seriam também influenciados pela revolução cubana e seus grandes líderes, como Che Guevara e Fidel Castro, a revolução cultural na China. No entanto, décadas mais tarde, os jovens que estão na base dos movimentos da juventude apresentam-se sob nova configuração social. Seriam estes jovens em sua maioria provenientes da classe trabalhadora, estudantes das escolas pública do seu país. Jovens estes que insurgem em meio as políticas de retiradas de direitos, buscando dar voz e vez as suas angústias e necessidades, utilizando-se de forma mais intensa da tática de ocupação de espaços escolares novamente, e agora com outros instrumentos de organização como aparelhos de celular, aplicativos em rede e novas tecnologias de informação e comunicação.

Algumas considerações sobre as formas organizativas e os Estudantes

Assim como nos anos de 1960, as ocupações estiveram presentes nas mobilizações estudantis, ainda que como atos esporádicos e não articulados, nos anos de 1980 e 1990. Nos anos de 1980, por exemplo, professores mexicanos ocuparam suas escolas junto com pais e alunos, contra os avanços das políticas neoliberais. Centenas de professores e estudantes foram presos, mortos e torturados, sendo que muitos se encontram desaparecidos até os dias atuais (PÁEZ, 2018). No Brasil, nos anos de 1980 e 1990, observam-se ocupações de reitorias, de prédios públicos por estudantes (GROPPO, 2005). Todavia, enquanto forma de luta articulada como estratégia política, no Brasil, são os trabalhadores rurais, a partir do MST, que ocupam terras, prédios públicos, escolas e universidades (MARTINS, 2009). É importante considerar que, neste Movimento, a presença e participação de jovens, inclusive como lideranças, é significativa.

Vale destacar, que jovens atrelados a movimentos tradicionais, tanto político como organizações independentes, são mobilizados diante de injustiças sociais, lutas antiimperilaistas, revoluções comportamentais, realidade urbana, questão universitária, influência da mídia e indústria cultural. A utilização da tática de luta, de ocupar espaços, escolas, universidades, congressos, revelaria uma possibilidade de tensionar o tecido social, e buscar transformações nos espaços micro e em larga escala,

Os movimentos estudantis de 1968, são reconhecidamente fenômenos de um processo complexo de fermentação social e cultural. Se cada um teve autonomia com relação aos demais, da mesma forma que possui particularidades na sua detonação, há entretanto, uma articulação maior entre eles, uma atmosfera de energias liberadas, auto-multiplicadoras, semi-articuladas e em constante mudanças. Cada nova mobilização, cada simples decisão era afetada por esse conjunto maior - mesmo não consciente ou manifestadamente - e influenciava o todo, ao inserir nele novos interesses, desejos, possibilidades, táticas, desafios, dilemas, dificuldades ou limitações (GROPPO, 2005. p. 45).

Muitos estudantes participes dos movimentos mencionados anteriormente, experienciaram situações e acontecimentos que influenciaram significativamente suas vidas e modos de ser. Neste sentido, podemos afirmar que as múltiplas experiências que atravessaram a condição juvenil, perseveraram em suas essências como insígnia.

Em 2006, com a Revolta dos Pinguins, no Chile, estudantes avançaram nas táticas de ocupações antes mencionados, utilizam a tática, mas atualização a forma de ocupar. As ocupações chilenas, revelam outras formas organizativas. Os estudantes buscaram se organizar de forma que elementos como: autogestão, auto-organização, horizontalidade na tomada de decisões, disciplina, assembleias constantes e democracia ampliada se fizessem presentes.

A Revolta estudantil dos Pinguins no Chile inspiraria diversos movimentos estudantis pela América Latina, como na Argentina e no Brasil. Em 2011, houve mais protestos no Chile e entre 2010 e 2014, os estudantes argentinos empregam as ocupações das escolas como tática de luta. (CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016, p. 1168). A tática de ocupar, e a forma organizativa, estaria no bojo destes movimentos, reverberando nas ocupações no Brasil em 2015 e 2016.

As ocupações escolares no Brasil tiveram em sua base estrutural a auto-organização, autogestão, disciplina, assembleias constantes e experiências de democracia ampliada. Os estudantes organizavam-se em comissões, onde cada uma era responsável por uma atividade, essas decisões eram tomadas em assembleias diárias, sendo este, um instrumento utilizado para manter a disciplina e organização das ocupações. O formato como as ocupações eram organizadas, permitia a participação

efetiva dos estudantes em todas as tarefas, a possibilidade de construir um currículo que respondesse as reais necessidades, de temas e conteúdos pertinentes para a realidade social, “as decisões são polifônicas e compartilhadas. Tudo ocorre na esteira do diálogo como instrumento político” (PAES; PIPANO, 2017, p. 16).

Este formato democrático de discussões entre os estudantes e planificação da pirâmide estrutural do sistema de ensino possibilitara aos alunos uma ampla participação nas decisões das ocupações, como: a escolha de temas para os “aulões”, e a afetiva presença em todas as atividades. Os estudantes buscavam autonomia das ações e identidade. Por mais que, algumas instituições como: partidos políticos, coletivos, sindicatos dentre outros declarassem apoio às ações estudantis, esta procurava a construção autônoma do movimento.

Além disso, os estudantes utilizariam das redes sociais como instrumento ágil e de organização das manifestações e divulgação das atividades desenvolvidas, enquanto o governo utilizava-se da mídia tradicional para enfraquecer o movimento. Os estudantes utilizavam-se da mídia alternativa, seus celulares, páginas de Facebook e WhatsApp, dos “ocupas”, como eram chamados os estudantes que realizaram as ocupações, para demonstrar a realidade deste movimento.

Não apenas seriam estas ferramentas mais comuns de comunicação que essa geração domina, mas também tendo em conta o cenário opressor e de vigilância das escolas – estes seriam meios de comunicação importantes em uma instituição avessa à assembleia, grêmios estudantis, conselhos de escola de fato etc. Meios de comunicação subterrâneos em uma instituição contrária a comunicação que não venham das instâncias do poder oficial, bem como esvaziadas de espaços públicos de decisão. Enfim, uma escola em que espaços democráticos são dissolvidos no burocrático das instituições. É contra essa escola que os estudantes investem suas forças e, não à toa, multiplicam nos aplicativos e nas redes sociais suas demandas e, nesse meio, organizam suas batalhas para fazer da escola algo melhor, ou seja, democrática (CARNEIRO, 2001, p. 140).

As páginas nos Facebook, vídeos feitos durante as manifestações e compartilhados nas redes sociais, seriam ferramentas de disputa contra o poder estatal

instituído e contra a hegemonia da mídia tradicional. Desta maneira, os estudantes encontraram instrumentos alternativos para expressar e divulgar a pauta do movimento. Esta experiência compartilhada dos estudantes, assim como os construtos sociais dos movimentos da juventude, transmuta a percepção da realidade dos movimentos estudantis. Esta construção histórica, neste devir dialético da sociedade, permite a compreensão de Thompson, quando analisa o *fazer-se* e o conceito de *experiência* e de *classe social*, este processo reflexivo e constante da construção do ser social e assim, sua inserção no seu meio social. O movimento estudantil, não se constituiu da noite para o dia, mas em um processo de formação, reflexão e ação diária, anos após anos. Para Thompson (2011, p. 11), “a classe operária não surgiu tal como o sol, numa hora determinada. Ela esteve presente ao seu próprio fazer-se”. Assim, o movimento estudantil não surgiu em um determinado tempo histórico, ele faz parte do processo de construção da sociedade na qual está inserida. Dessa forma, os jovens que participaram das ocupações paulistas, tanto quanto os outros movimentos dos ocupas ocorridos no país, sentem, refletem, visualizam sua realidade social e, não aceitam mais o formato estabelecido.

Conclusão

Os movimentos das juventudes transcendem o espaço e tempo. Deste modo, as ações juvenis de luta e resistência permanecem latente na memória e no imaginário coletivo de muitos jovens envolvidos em processos de movimentos sociais. Seja através de inspiração, entusiasmo ou lume. As lutas protagonizadas pelos estudantes na América Latina, durante décadas de chumbo, ou períodos de intensa repressão, revela a potência insurreta desta categoria da modernidade. Na atualidade, outras formas organizativas, e de insurgência reverberam outras possibilidades. Alteram a forma, e a intensidade, mas continuam tensionando o tecido social, como memorado. Em 2018 no Brasil, vivenciamos o avanço da ultra direita conservadora ao poder, inserindo o país, em momentos turbos, negacionismo da ciência, exacerbação de preconceitos, de raça, gênero, etnia, classe social. Tomaram corpo, a retirada de direitos básicos, reforma trabalhista e previdenciária, avanço do fundamentalismo religioso, ataques ao STF, discursos de fechamento do congresso pelo então presidente Jair

Messias Bolsonaro, colocaram a democracia brasileira, em suspenso. No entanto, jovens progressistas, estudantes secundaristas e universitários, movimentos sociais, intelectuais pulularam manifestações pelo Brasil, ocuparam ruas, estradas, frentes de parlamentos, ocuparam as redes sociais alternativas, para denunciar o que acontecia no país. Em 2021, foram registrados mais de 500 atos contra o presidente em um único final de semana, “na Campanha Nacional Fora Bolsonaro, até a noite de sexta-feira, estavam confirmados 488 atos, em 471 cidades e 17 países. Em 3 de julho, foram 352 atos, em 312 cidades do Brasil e outros 35 no exterior, em 16 países” (BBC BRASIL, 2021). Manifestações desta magnitude aconteceram em muitos tempos e espaços, e muitos jovens estiveram presentes, participando ativamente ou marginalmente, porém experienciaram outras formas de atuação e formação política.

Entendemos que, em certa medida, estas manifestações podem ser expressões da juventude, cuja formação política foi intensificada, dentre outros fatores, pela participação na "Primavera Estudantil" que começou no Paraná em outubro de 2016 e rapidamente se espalhou por todo o país, e proporcionou aos estudantes uma experiência direta e ampliada da democracia. A análise de movimentos como esse não apenas ressalta a resistência dos estudantes diante das adversidades, mas também destaca a relevância dessas experiências na formação política e social dos jovens, reforçando a ideia de que a luta por uma educação de qualidade e por direitos democráticos é contínua e crucial para a transformação da sociedade.

Referências Bibliográficas

CATINI, C. R. & MELLO, G. M. C. (2016). Escolas de luta, educação política. *Educação & Sociedade*. Campinas/SP, v. 37, n. 137, p. 1177-1202. Disponível em: Acesso em 20 jan. 2023.

CARNEIRO, S. (2017). Ocupar, resistir e a luta nas redes sociais. *Comunicações*. Piracicaba/SP, v. 24, n. 2, p. 137-150, 2017. Acesso em 10 mar. 2018.

CORTI, A. P. O; CORROCHANO, M. C & SILVA, J. A. (2016). “Ocupar e resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas. *Educação & Sociedade*. Campinas/SP, v. 37, n. 137, p. 1159-1176. Disponível em: Acesso em 10 abr. 2017.

DAVID, F. M. (2019). Movimento das ocupações escolares: “o fazer político dos jovens secundaristas” no município de Francisco Beltrão-PR. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão-PR.

DAVID, F. M. & MARTINS, S. A. (2021). As ocupações secundaristas em Francisco Beltrão-PR – 2016: fazer-se e experiências. *Linhas Críticas*, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, v. 27, pp. 1-20. doi.org/10.26512/lc.v27.2021.36442.

Documentário Pequeno Grão de Areia - Granito de Arena (2005). Disponível em: <http://docverdade.blogspot.com/2009/08/pequeno-grao-de-areia-granito-de-arena.html>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ESTEVES, L. C. G. & ABRAMOVAY, M. (2008). Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In. VI

XIII Seminário Internacional de la RED ESTRADO

Dos décadas de estudios sobre el trabajo docente: existir, resistir y construir nuevos horizontes

CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, Lisboa. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/254.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

GOHN, M. da G. (2014). **Sociologia dos movimentos sociais**/ Maria da Gloria Gohn. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014 (questões da nossa época; v.47)

GROPPO, L. A. (2004). Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. Educação Cogeime, Belo Horizonte, ano 13, n. 25. Disponível em: <<http://www.cogeime.org.br/revista/cap0125.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

GROPPO, L. A. (2018). O Novo Ciclo de Ações Coletivas Juvenis no Brasil. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio (Org.). O Movimento de Ocupações Estudantes no Brasil. São Carlos: Pedro & João Editores. Cap. 4. p. 85-117.

GROPPO, L. A. (2005). Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968. Piracicaba: Editora Unimep.

HARVEY, D. (2014). Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes.

MARTINS, F. J. (2009). **Ocupação da escola**: uma categoria em construção. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.

POERNER, A. J. (2004). **O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros / Artur José Poerner. 5 ed. Rio de Janeiro: Booklink.

SEMERARO, G. (1994). **A Primavera dos Anos 60**: A Geração Betinho. São Paulo: Loyola.

SOUSA, J, T. P. (2002). As Insurgências Juvenis e as Novas Narrativas Políticas Contra o Instituído. **Caderno de Pesquisa**, Florianópolis, v. 32, p.1-34.

SCHLESNER, A. H. & FLACH, S. de F. (2018). A ocupação de escolas no estado do Paraná: determinações e fundamentos para a formação política. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio (orgs.). O movimento de ocupações estudantis no Brasil. São Carlos: Pedro & João, p. 201-224.

THOMPSON, E. P. (1981). A miséria da teoria ou um panfletário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Zahar.

THOMPSON, E. P. (2011) A formação da classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade. Paz e Terra.

SANFELICE, J. L. (2021). Da Filosofia à História da Educação. São Carlos Pedro& Joao Editores, .467 p. Lidiany Cristina de Oliveira Chianello; Sonia Aparecida Siquelli [Orgs].

PAES, B. T. & PIPANO, I. (2017). Escolas de luta: cenas da política e educação. ETD - Educação Temática Digital. Campinas/SP, v.19, n.1, p. 3-25. Disponível em: Acesso em 10 abr. 2017

PÁEZ C. J. (2018). *“La apropiación de la gestión pedagógica de la escuela por maestras y maestros democráticos del Oriente de Iztapalapa (1980-2014)”*. <https://repositorio.cinvestav.mx/handle/cinvestav/2941>.

PROTESTOS CONTRA BOLSONARO: QUEM SÃO OS PRINCIPAIS GRUPOS POR TRÁS DAS MANIFESTAÇÕES NO SÁBADO. www.bbcbrasil.com, 23 jun. 2021. Disponível em: www.bbcbrasil.com. Acesso em: 15 nov. 2023.